

DIVERSIDADE E IDENTIDADE DOCENTE: a influência da diversidade na constituição da identidade docente

HÜSKEN, Rosane Bom¹, FERREIRA, Márcia O. Vieira².

¹ Prof^a do Instituto Educar Brasil e Mestranda em Educação FaE/UFPel, rosane.bom@gmail.com,

⁵ Orientadora e Coordenadora do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente FaE/UFPel marciaof@ufpel.tche.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, desenvolvido como dissertação de mestrado em educação, baseia-se em narrativas orais de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino da cidade de Pelotas, que vivenciam em suas práticas a experiência de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. A partir dos depoimentos, pretende-se saber como esse(a)s docentes vêm vivenciando a prática pedagógica com a diversidade e como a mesma influencia a constituição de suas identidades docentes.

A escolha do tema e dos sujeitos refere-se, em primeiro lugar, à constatação verificada a partir da experiência profissional da apresentadora deste trabalho, de que muitos(as) docentes enfrentam dificuldades impostas pela presença em suas salas de aula de alunos considerados “especiais”. Alunos que, devido às suas características peculiares, singulares, de apreender a realidade e, por conseqüência, de construir seu conhecimento, merecem um acompanhamento diferenciado. Em segundo lugar, tal escolha dá-se em decorrência da trajetória acadêmica e profissional da autora citada, sempre dedicada a estudos e práticas relacionadas a necessidades educativas especiais.

Para a realização deste estudo, são utilizados como referência básica os textos legais sobre as políticas Inclusivas; os trabalhos de Stuart Hall (1997; 2003; 2006) considerados importantes no campo dos Estudos Culturais; os de Zygmunt Bauman (1998) sobre o tema identidade; e, ainda, os de Stephen Ball (2001; 2005) que analisam a influência das atuais reformas educacionais na subjetividade do professorado.

Desde a *Declaração mundial sobre educação para todos*, do *Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*, aprovada em Jomtien (1990), como também a “Declaração de Salamanca” (1994), uma resolução das Nações Unidas, que trata sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais no ensino regular tem sido tema de estudos e pesquisas, abordando-se desde os pressupostos teóricos político-filosóficos, até formas de implementação das diretrizes estabelecidas na referida declaração.

Por sua vez, o Brasil tem buscado cumprir, como signatário, ao longo das últimas décadas, as metas agendadas mundialmente. Para tanto, as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns a distribuição de alunos com necessidades educacionais especiais, de modo que as mesmas sejam beneficiadas das diferenças, ampliando positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade (BRASIL, 2001).

Na medida em que a orientação inclusiva implica em um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais de aprendizagem, os/as educadores devem estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino. No entanto, percebe-se que, em virtude da falta de formação dos/as professores; de infra-estrutura adequada e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência, as políticas inclusivas têm na prática, encontrado limites e dificuldades.

Frente ao exposto, torna-se importante destacar que o professorado, de modo geral, vem sofrendo profundas críticas e, de certo modo, responsabilizados pelo fracasso escolar, promovendo nos(a)s docentes questionamentos sobre suas qualificações e identidades profissionais.

Conforme estudos como os de Moraes (2008), a identidade é uma edificação de caráter biográfico e relacional, ou seja, o indivíduo constrói para si uma identidade - identidade pessoal - , a partir dos elementos que recebe dos diferentes grupos sociais de que faz parte, e concebe uma identidade para os outros - identidade social - , isto é, ele é aquilo que os outros esperam que ele seja.

Corroboram, nesse sentido, os estudos de Stuart Hall (1997), quando afirmam que os discursos constituem-se como redes de significações tomadas pelos sujeitos para se auto-interpretar e se auto-produzir. Essa interpelação acontece quando o sujeito se reconhece a partir dos discursos, tomando-os como algo que lhe diz respeito. Em decorrência, identifica-se e produz-se como um sujeito daquele modo, compreende e explica a si e ao mundo a partir daquele regime de verdade.

Considera-se também necessário definir-se sobre o que se está considerando como diferente, como diverso e questionar-se que identidades estão sendo forjadas a partir desses conceitos, talvez tratados como iguais. Os textos legais, principalmente o referente às *Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica* (BRASIL, 2001), contempla a necessidade de educar-se para a diversidade. Entretanto, desde estudos de autores como Bhabha (1998) e McLaren (1997), realizados a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, pós-colonialista, tratar da diversidade significa, de antemão, no contexto filosófico, tratar de uma norma transparente construída e administrada pela sociedade “hospedeira”, criando um falso consenso, pois parte de uma normalidade. Desse modo, é preciso definir-se se está se tratando de diversidade a partir de uma norma ou de diferenças que, segundo Bhabha (1998), nem sempre falam para o consenso, pois são incomensuráveis.

De acordo com Hall (1997) é no contexto cultural, enquanto sistemas de diferenças, que se realizam traduções e formações simbólicas. Isso talvez possa significar que, por detrás do tributo à diversidade e às condições de igualdade exista a idéia de uma igualdade ontológica entre todos e qualquer ser humano, em que as diferenças acabam essencializando-se na busca de um denominador comum: somos todos diferentes, somos todos iguais.

Com base nas considerações apresentadas, esse trabalho tem como objetivos: analisar como os docentes vivenciam suas práticas pedagógicas junto à alunos portadores de necessidades especiais; verificar como os docentes compreendem e recontextualizam as políticas educacionais inclusivas; identificar a influência da prática com a diversidade na constituição de suas identidades docentes.

2 METODOLOGIA

De forma geral, a proposta vincula-se a uma abordagem qualitativa, a trajetória da investigação será alicerçada em estudos bibliográficos realizados de forma crítica e ampla procurando, de um lado, dar conta minimamente do estado do conhecimento atual sobre o problema e, de outro, estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação.

Para a realização da pesquisa empírica, serão escolhidos/as professores/as da zona urbana, que atuam em escolas dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino.

A fase inicial da pesquisa empírica será dedicada à identificação dos sujeitos de pesquisa, para tanto, será obtido junto a Secretaria Municipal de Educação o nome e local das escolas. Feito isso, serão aplicados, junto aos professores/as das referidas escolas ou classes, questionários com o propósito de coletar os seguintes dados: identificação; formação tempo e condições de trabalho no magistério; carga horária de trabalho semanal e número de alunos.

Concluída essa parte da coleta dos dados, os mesmos serão organizados a partir daqueles obtidos sobre o tempo de serviço na docência. Os dados referentes ao tempo de atuação no magistério serão analisados com base nos estudos de Huberman (1995) sobre o ciclo de vida profissional dos professores. Este autor distribui as etapas da carreira dos professores em módulos, a partir de tendências centrais de uma seqüência de fases no desenvolvimento da carreira.

Serão considerados sujeitos de pesquisa neste estudo, os/as professores/as que exercem trabalho docente na condição de efetivos/as na rede pública de ensino, pois se considera que esses/as são de carreira docente. Corrobora neste sentido a afirmação de Huberman (1995) sobre o significado de uma carreira pedagógica, como a carreira daqueles que, ao longo de suas vidas, viveram situações de sala de aula.

A última etapa da pesquisa será dedicada à realização de entrevistas. Nesta fase investigatória, a atenção será direcionada aos temas relativos à vivência das práticas pedagógicas, junto à alunos portadores de necessidades especiais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo encontra-se em sua fase inicial, qual seja: a dedicada à construção de um *corpus* teórico que dê conta das questões de pesquisa. Para tanto, estão sendo analisados os trabalhos que vêm sendo produzidos e divulgados pela Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED, nos últimos cinco anos, sobre o tema em estudo.

Sobre isso o que se pode dizer é que tem havido um crescimento na produção sobre diversidade e educação nos últimos anos. Os trabalhos tem se dedicado a discutir sobre os aspectos legais, conflitos, tensões e resistências. Entretanto, parece que o mesmo não é possível falar sobre investigações que contemplem o impacto do ingresso nas salas de aula de estudantes com necessidades especiais, em termos do trabalho docente e da forma como influenciam em suas práticas e afetam suas identidades como profissionais.

4 CONCLUSÕES

A fase em que se encontra o estudo ainda não permite apresentar conclusões definitivas. Não obstante, no que tange à parcela do estudo realizado até agora, é possível perceber que o conjunto de normas legais nacionais faz parte de uma política desencadeada pelo Estado, no sentido de atender às disposições dos organismos de financiamento internacionais. Entretanto, conforme Stephen Ball (2001) mesmo que as referidas agências exerçam influência sobre o processo de criação de políticas nacionais, tais influências, no entanto, são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação, estando sempre sujeitas a um processo interpretativo.

Um outro aspecto que se evidencia, é a pertinência deste estudo para o avanço da igualdade educacional, da ética e dos direitos das pessoas com necessidades especiais. No mínimo, coloca a todos e a todas o desafio da mudança de lógicas e de representações sobre si mesmo e sobre o outro.

5 REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.
- _____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.
- BAUMAN, Zigmund. **O mal estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRASIL, CNE/CEB. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**, 2001.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 2. ed. Brasília: CORDE, 1999.
- BRASIL, Senado Federal. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/CNE/CEB, 2001.
- DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS**: Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia, 1990.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul/dez. 1997.
- _____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. 1ª ed. Ed. UFMG: 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós – modernidade/** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida dos professores. In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 1995.
- LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, set./dez. 2004.
- MORAES, Maria Laura Brenner de. **Ser estudante, sendo docente: por que os docentes se qualificam**. 2008. Diss. Mestr. em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.